

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
4º SEMESTRE/2004  
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL III  
PROFESSORA: LAURA ANTUNES MACIEL  
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

### A REVOLTA DA CHIBATA

(Relatório individual – contribuição para o grupo)

Ao estudar um pouco sobre a historiografia da presente Revolta, usei como texto-base o livro de Marcos A. da Silva (*Contra a Chibata – marinheiros brasileiros em 1910*; Brasiliense; São Paulo, 2002). Em seguida, li a obra de Mário Maestri Filho (*1910: A REVOLTA DOS MARINHEIROS – Uma saga negra*; Global, 1982).

Do livro de Mário Maestri Filho, pudemos extrair alguns dados muito importantes para a nossa análise. A população brasileira era de 23 milhões de habitantes. A classe operária totalizava apenas 160.000 trabalhadores, distribuídos sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A maioria da classe trabalhadora, portanto, vivia no campo, dispersa na imensidão do nosso território. Os negros viviam marginalizados, não integrados regularmente ao mundo do trabalho; não tinham terras para plantar. É sobretudo deste contingente marginalizado e negro que se recrutavam os marinheiros. A oficialidade, por sua vez, era na maioria filhos de ex-senhores de escravos. No encouraçado Minas Gerais, a tripulação era assim distribuída: 887 praças, 107 oficiais e 8 chibatadores. A baixa dos marinheiros só era possível após 15 anos de serviço, durante os quais não poderiam casar.

Segundo Maestri, impossível não perceber a influência da recente disputa eleitoral à Presidência da República no processo histórico da Revolta. *“Para os políticos ‘civilistas’, as críticas e palavras duras ao ‘militarismo’ eram parte da campanha presidencial, no momento eleitoral. Não existia nenhuma barreira intransponível entre os ganhadores e perdedores. Outras batalhas ocorreriam, com distintas combinações. Inimigos hoje, amigos amanhã. Para os marinheiros submetidos às mais duras condições de vida e trabalho, o discurso anti-militarista terá todo um outro sentido. Dar-lhes-á razão, incentivá-los-á em suas reivindicações. A divisão e pugna no seio das classes dominantes lhes permitirão levantar mais facilmente a cabeça”* (pp. 18, 19). Outra influência teria sido o contato de nossos marinheiros com seus pares de outras partes do mundo, quando adestravam-se nas modernas máquinas na Inglaterra. *“Na Grã-Bretanha, conviverão com marinheiros de todo o mundo; ombrearão com um dos mais politizados e organizados proletariados da época. Voltarão ainda mais revoltados com o obscurantismo das condições de vida na Marinha brasileira”* (p. 25). Uma terceira influência teria sido a Revolta do Potemkin, no mar Báltico.

Quanto à Anistia aos revoltosos (dois dias após o início da Revolta), para Maestri duas foram as determinantes fundamentais: o governo não tinha como responder militarmente à Revolta, pelo menos no curto prazo, e era preciso resolvê-la rapidamente para que a credibilidade internacional do Brasil não ficasse prejudicada, retraindo-se investimentos estrangeiros, empréstimos, etc.

Percebemos uma grande divergência entre Maestri e Marcos A. da Silva quanto à segunda revolta, a da noite do dia 9 para o dia 10 de dezembro de 1910. Maestri a tem

como certa. Marcos não se diz tão confiante disto. Vejamos o que este último escreveu a respeito: *“Houve nova revolta dos marinheiros brasileiros a 9 de dezembro de 1910? A resposta afirmativa baseia-se numa só fonte: o aparelho governamental, que reprimiu violentamente os homens sediados em seus hipotéticos focos – o navio Rio Grande do Sul, e sobretudo o Batalhão Naval (Ilha das Cobras). Segundo ela, a tripulação do navio naquela data entrou em formação irregularmente, desobedecendo às ordens dos oficiais, desligando a iluminação do navio e atacando seus superiores hierárquicos. No mesmo instante, parte da tropa do Batalhão Naval dirigiu-se – também de forma irregular – ao pátio do quartel, apoderando-se de armas aos gritos de ‘Viva a Liberdade’ e obrigando oficiais e alguns praças à fuga”* (pp. 81,82). Logo adiante, este mesmo autor cita tal conflito como “suposto”: *“Sobre a disposição do Congresso Nacional ante o suposto conflito na Marinha de Guerra...”* (p. 82). *“Um representante da visão governamental – H. Pereira da Cunha, oficial da Marinha de Guerra e auxiliar do Ministro dessa Arma nesse momento – afirmou que novas Revoltas de marinheiros eram aguardadas antes de 9 de dezembro. Sua descrição dos acontecimentos a bordo do Rio Grande do Sul (no qual estava presente quando se iniciou a suposta Revolta) (...) não apresenta maiores evidências de efetiva sublevação dos praças (...)”* (p. 83). Poderia, segundo Marcos, ter sido forjada a segunda Revolta, para justificar a violência que viria a seguir sobre os marinheiros.

Maestri analisa a Revolta compreendendo três fatores importantes: os marinheiros não perseguiam uma mudança de regime; não lutavam sequer pela mudança do governo; só queriam direitos democráticos. Considera patética a inexistência de forças sociais que apoiassem a luta. *“O proletariado era uma força do futuro”*. A derrota do movimento teria sido pelo seu isolamento. Além do mais, os setores democráticos da classe dominante, representados por Rui Barbosa, foram tímidos e inseqüentes. Sua conclusão diverge em muito da conclusão de Marcos: *“Num sentido conjuntural, poder-se-ia dizer que os marinheiros foram derrotados. Os seus líderes terminaram presos ou assassinados. A ‘marujada’ rebelde foi inteiramente expulsa da Esquadra. Num sentido histórico, porém, eles foram vitoriosos. A ‘chibata’ e outros castigos físicos infamantes nunca mais foram oficialmente utilizados; a partir de então, os marinheiros – agora respeitados – teriam suas condições de vida melhoradas significativamente. Sem dúvida fizeram avançar a História”* (Introdução). Marcos não vê grandes vitórias dos marinheiros. É o que podemos perceber em seu seguinte trecho: *“Talvez o ponto final mais óbvio e simplificador em uma análise da Revolta contra a Chibata seja registrar as fragilidades e o fracasso dos marinheiros. Quando muito, conseguiram a substituição da disciplina declaradamente punitiva (spancamentos) pelas modalidades mais sutis – e nada menos eficazes para o Poder – de controle sobre sua ação. (...) O essencial da submissão hierárquica manteve-se inalterado, exceto quanto a maior conquista dos marinheiros pelos valores ideológicos dominantes – legalidade, ‘cidadania’, obediência à autoridade (...)”* (Marcos, pp.95, 96).

Podemos afirmar que ainda há muito sobre o que estudar para que possamos compreender A Revolta da Chibata em toda a sua plenitude. Pesa enorme dúvida sobre o que de fato aconteceu em 9-10 de dezembro de 1910 (a segunda revolta). Não sabemos também, por exemplo, que posições foram tomadas pela Igreja durante todos estes acontecimentos; enfim...

Isto é tudo o que podemos fazer no momento: continuar estudando.

*Evandro de Oliveira Machado*  
Em 30 de outubro de 2004.